



RELISE

**ACESSO AO CRÉDITO PARA MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS:
O DESAFIO DO LETRAMENTO FINANCEIRO PARA ACESSO A CRÉDITO
POR MICROEMPREENDEDORES NO BRASIL¹**

*ACCESS TO CREDIT FOR INDIVIDUAL MICROENTREPRENEURS: THE
CHALLENGE OF FINANCIAL LITERACY FOR ACCESS TO CREDIT BY
MICROENTREPRENEURS IN BRAZIL*

Laliane dos Santos Luciano²

Luciene de Oliveira Souza³

Edvânia Soraia Silva Lima⁴

Cleber Jorge Lira e Santana⁵

Leandro Jose Silva Andrade⁶

RESUMO

O estudo visa ampliar o conhecimento sobre os Microempreendedores Individuais (MEIs), que representam uma parcela significativa da população brasileira. O objetivo é investigar os desafios relacionados ao acesso a crédito, e, com base nessas informações, superar os obstáculos identificados por meio da promoção de políticas públicas, políticas internas das instituições financeiras e iniciativas de organizações da sociedade civil voltadas para a inclusão financeira e o desenvolvimento econômico do país. O artigo adota uma abordagem qualitativa, utilizando pesquisa bibliográfica que reúne informações de fontes como SEBRAE, IPEA e IBGE. A técnica de observação participante foi empregada como método de coleta de dados, realizada durante um evento na Universidade Federal da Bahia que envolveu microempreendedores individuais e especialistas na área. Os principais resultados incluem a identificação dos desafios enfrentados pelos MEIs, o mapeamento dos produtos e soluções de

¹ Recebido em 28/08/2024. Aprovado em 19/10/2024. DOI: doi.org/10.5281/zenodo.17226360

² Universidade Federal da Bahia. lialianeluciano@gmail.com

³ Universidade Federal da Bahia. lucienesouza@ufba.br

⁴ Universidade Federal da Bahia. edvania.lima071994@gmail.com

⁵ Instituto Federal da Bahia. cleberlira@ifba.edu.br

⁶ Universidade Federal da Bahia. leandrojsa@ufba.br



RELISE

266

crédito disponíveis e recomendações para práticas e políticas que promovam a inclusão financeira desses empreendedores.

Palavras-chave: microempreendedores, acesso ao crédito, inclusão financeira.

ABSTRACT

This study aims to expand the knowledge about Individual Microentrepreneurs (MEIs), who represent a significant portion of the Brazilian population. The objective is to investigate the challenges related to access to credit and, based on this information, overcome the identified obstacles through the promotion of public policies, internal policies of financial institutions, and initiatives by civil society organizations focused on financial inclusion and the economic development of the country. The article adopts a qualitative approach, utilizing bibliographic research that gathers information from sources such as SEBRAE, IPEA, and IBGE. The participant observation technique was employed as a data collection method during an event at the Federal University of Bahia involving individual microentrepreneurs and experts in the field. The main results include the identification of the challenges faced by MEIs, the mapping of available credit products and solutions, and recommendations for practices and policies that promote the financial inclusion of these entrepreneurs.

Keywords: microentrepreneurs, access to credit, financial inclusion.

INTRODUÇÃO

Para Schumpeter (1982), a inovação e a criação de negócios pelos empreendedores geram o desenvolvimento econômico dos países, pois é necessário que “alguém” constantemente provocasse o desequilíbrio da produtividade das organizações, implementando novas formas de atuar sobre recursos com ganhos econômicos com as formas preexistentes, dessa forma gerando inovações. Segundo Michels *et al.* (2018), incentivar o empreendedorismo representa uma estratégia de política pública para o crescimento econômico local, já que promove a criação de novos empregos e o aumento de potencialidades e produtividade.

Nos últimos anos, o Brasil tem testemunhado um crescimento significativo no número de microempreendedores individuais (MEIs), segundo



RELISE

267

dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao longo desta década, o número de MEIs aumentou de forma expressiva, registrando um impressionante crescimento de 330%. Conforme relata o SEBRAE (2022), aproximadamente sete em cada dez novos negócios formalizados no Brasil são categorizados como MEIs. Esta ascensão é de suma importância, dado que esses empreendedores desempenham um papel fundamental na economia nacional, representando a maior parcela das empresas brasileiras. Segundo o SEBRAE (2023), os pequenos negócios representam 99% das empresas brasileiras e compõem 30% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, atualmente geram mensalmente 80% dos empregos formais. Considerando todo o universo de pequenos negócios, o Brasil tem mais de 85 milhões de pessoas beneficiadas direta ou indiretamente pela atuação dessas empresas – contingente maior que a população de países como França, Reino Unido, África do Sul e Argentina. Diante desse contexto, torna-se evidente o potencial dos MEIs em impulsionar a economia, fomentar a criação de empregos e simplificar a vida cotidiana das pessoas. No entanto, apesar do seu indiscutível valor econômico, muitos desses empreendedores enfrentam desafios significativos no acesso ao crédito, uma ferramenta crucial para a expansão e manutenção de seus empreendimentos.

Este artigo propõe investigar as dificuldades enfrentadas pelos microempreendedores individuais no Brasil de acesso ao crédito junto às instituições financeiras, com especial atenção para a falta de letramento financeiro. De um lado, estão os bancos com critérios de avaliação de crédito complexos, dificultando a compreensão por parte dos MEIs. Do outro lado, estão os MEIs apresentando diversos fatores que dificultam o acesso ao crédito, como: A falta de informação sobre as opções de crédito disponíveis, ausência de dados quanto à situação operacional de custos, estoques, patrimônio e financeira do negócio (falta de documentação e de registro contábil), ausência de histórico de crédito, falta de garantias para acessar o crédito. E todos esses fatores dificultam



RELISE

as aprovações de empréstimos junto às instituições financeiras, uma vez que inviabilizam a análise e avaliação do grau de risco da operação e da capacidade do empreendedor de cumprir com os compromissos a serem assumidos com a liberação do crédito.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Microempreendedores individuais

O Microempreendedor Individual (MEI) está regulamentado pela Lei Complementar nº128/2008 que estabelece a regularização de negócios de forma simples através do CNPJ MEI. Neste tipo de empresa, o CNPJ deve ter no máximo um empregado (ou estagiário), e possuir faturamento anual máximo de R\$81.000,00 reais por ano. Além do faturamento, existe uma relação de profissões regulamentadas que não podem ser exercidas através do MEI.

Os MEIs representam no Brasil, segundo as Estatísticas dos Cadastros de Microempreendedores Individuais do IBGE (2021), cerca de 13,2 milhões de microempreendedores individuais (MEIs) no Brasil, o que corresponde a 69,7% do total de empresas e outras organizações. Segundo SEBRAE (2024), no BRASIL, de 2009 a março/2024, o crescimento de microempreendedores individuais foi de 35.242% (44.188 para 15.617.082) sendo superior ao crescimento de micro e pequenas empresas (MPE) de 104% (3.172.807 para 6.485.129). Isso demonstra que a maior parte dos negócios na economia brasileira é constituída por MEIs, conferindo um grande destaque para esta categoria que necessita de demandas específicas quanto a políticas públicas para acesso à crédito.

Na Figura 1, observa-se que o Brasil ganhou um milhão de novos microempreendedores individuais, refletindo um crescimento rápido e contínuo. Segundo dados do Ministério da Economia, ao final de 2022, havia 20.191.920

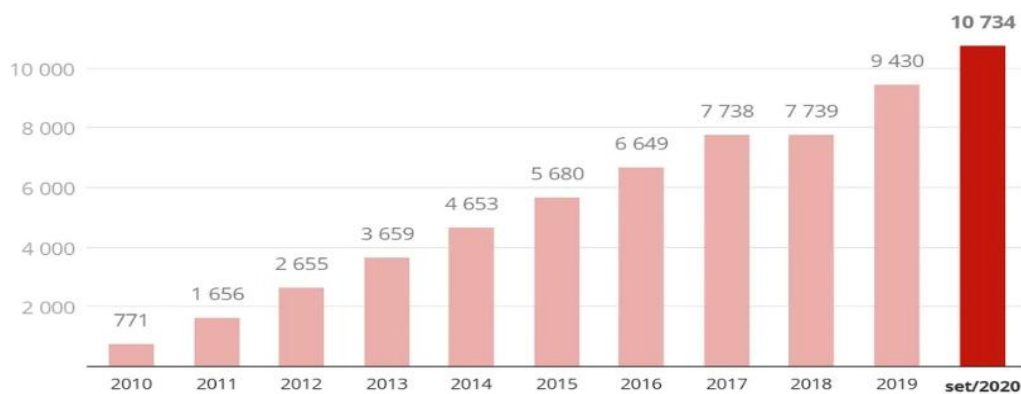


RELISE

269

CNPJs ativos no país. Na Figura 2, com base em dados do Boletim Mapa de Empresas do terceiro quadrimestre de 2023, foi verificada a abertura de 3.033.332 novos microempreendedores individuais em 2023.

Figura 1 - Número de MEIs no Brasil, total registrado em milhares.



Fonte: FELIZARDO (2021)

Figura 2 - Movimento de abertura de empresas por tipo de empresa em 2023

	Empresas ativas	Empresas abertas	Varição em relação ao ano de 2022
GERAL	20.798.291	3.868.687	0,7%
Empresário Individual (incluindo Microempreendedor Individual - MEI)	13.933.431	3.033.332	-0,4%
Sociedade Empresária Limitada	6.558.126	812.473	5,6%
Sociedade Anônima	190.483	12.571	-9,2%
Cooperativa	37.465	2.440	-12,6%
Demais tipos de empresas	78.786	7.871	-30,3%

Fonte: Boletim Mapa de Empresas (2023)

O ACESSO AO CRÉDITO PARA OS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

O acesso ao crédito é um elemento crucial para o desenvolvimento individual, empresarial e, por extensão, de toda a sociedade. Através da obtenção de recursos financeiros, indivíduos e empresas podem investir e sustentar seus negócios, impulsionar seus projetos e contribuir para o crescimento econômico. Em sua análise, Schumpeter reconhece o crédito como um dos “pilares do desenvolvimento econômico, definindo-o como um



RELISE

complemento monetário da inovação" (apud PAULA, 2011, p. 3). O crédito assume um papel crucial quando as inovações são protagonizadas por novos empreendedores, frequentemente sem acesso aos seus próprios meios de produção. No cenário brasileiro, o Sistema Financeiro Nacional (SFN) se destaca como a principal via de financiamento para empresas de todos os portes e setores, por meio do mercado de crédito com empréstimos, cooperativas e outras instituições financeiras. (Boletim Observatório MPE, 2020).

Para compreender a importância do microempreendedor individual no desenvolvimento econômico e social do país, é imprescindível analisar a conjuntura econômica e política de crédito brasileira, incluindo o cenário macroeconômico nacional e internacional. Isso influencia diretamente as decisões dos pequenos negócios ao buscar as melhores linhas de crédito disponíveis e solicitar empréstimos e financiamentos junto aos bancos. A pandemia do Covid-19, os conflitos internacionais, as tensões geopolíticas, a tendência de recessão econômica global têm gerado incertezas econômicas, especialmente no Brasil, onde a expectativa de baixo crescimento do produto interno bruto (PIB) e a alta da taxa Selic são evidentes. Diante dessas informações, as instituições financeiras no país utilizam a taxa Selic como referência para estabelecer os parâmetros de seus financiamentos, porém possuem autonomia para definir as taxas de juros de acordo com a conjuntura do mercado de crédito. Essas oscilações ou estagnação dos juros em patamares elevados geram incertezas no mercado em um determinado período da economia, afetando diretamente tanto a vida das pessoas quanto a dos negócios.

A política monetária brasileira desempenha um importante papel no controle da inflação e na estrutura financeira do país. Engloba um conjunto de medidas adotadas pelo governo para regular a quantidade de moeda em circulação na economia, afetando diretamente a inflação e as taxas de juros. Em



RELISE

períodos de crise econômica, como queda na produção e aumento do desemprego, o governo pode optar por uma política monetária expansionista, visando estimular o crescimento econômico. Por outro lado, em períodos de crescimento excessivo, quando a inflação se torna uma preocupação, adota-se uma política monetária restritiva, buscando controlar a liquidez na economia (Assaf Neto, p.47, 2015). Este tipo de política tende a impactar negativamente os pequenos negócios, aumentando os custos das operações de crédito e elevando as taxas de juros, o que pode dificultar o acesso ao crédito para essas empresas. Além disso, as decisões da política monetária moldam o ambiente no qual os bancos operam, influenciando diretamente suas políticas de crédito. O Banco Central estabelece regras e limites para a concessão de crédito, e os bancos buscam equilibrar o risco de inadimplência com a oferta de empréstimos e financiamentos, visando estimular o crescimento econômico.

Para compreender quais são os critérios que influenciam na aprovação de acesso ao crédito, é necessário compreender o funcionamento do Sistema de Informações de Crédito (SCR) do Banco Central e o processo de envio de dados para essa plataforma, assim como entender a dinâmica entre os correntistas, as instituições financeiras e o Banco Central. O SCR opera como um banco de dados mantido pelo Banco Central, consolidando todas as operações de crédito concedidas pelas instituições financeiras a pessoas físicas e jurídicas. Mensalmente, as instituições financeiras enviam informações detalhadas sobre operações de crédito vencidas e a vencer, repasses interfinanceiros, coobrigações, limites e créditos a liberar, facilitando a fiscalização e o monitoramento pelo Banco Central. Este sistema permite ao Banco Central supervisionar o setor bancário, adotando medidas preventivas para avaliar riscos em operações de crédito consideradas atípicas ou de alto risco, e monitorar as instituições financeiras para prevenir problemas relacionados aos créditos concedidos.



Para as instituições financeiras, o SCR desempenha um papel fundamental na tomada de decisão sobre a concessão de crédito, contribuindo para a gestão de risco e redução da inadimplência (Assaf Neto, p.112, 2015). É importante destacar que o SCR não avalia a capacidade de pagamento dos tomadores de recursos, preservando o sigilo bancário, sendo as próprias instituições financeiras responsáveis por suas políticas internas de concessão de crédito. A Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 5.037 de 29 de setembro de 2022 em seu artigo 3º menciona que são consideradas operações de crédito: empréstimos e financiamentos; adiantamentos; operações de arrendamento mercantil; prestação de aval, fiança, coobrigação ou qualquer outra modalidade de garantia pessoal do cumprimento de obrigação financeira de terceiros; compromissos de crédito não canceláveis incondicional e unilateralmente pela instituição concedente; créditos contratados com recursos a liberar; créditos baixados como prejuízo; créditos que tenham sido objeto de negociação com retenção substancial de riscos e de benefícios ou de controle; operações com instrumentos de pagamento pós-pagos; operações de empréstimo e de financiamento entre pessoas por meio de plataforma eletrônica; e outras operações ou contratos com características de crédito, que sejam assim reconhecidos pelo Banco Central do Brasil.

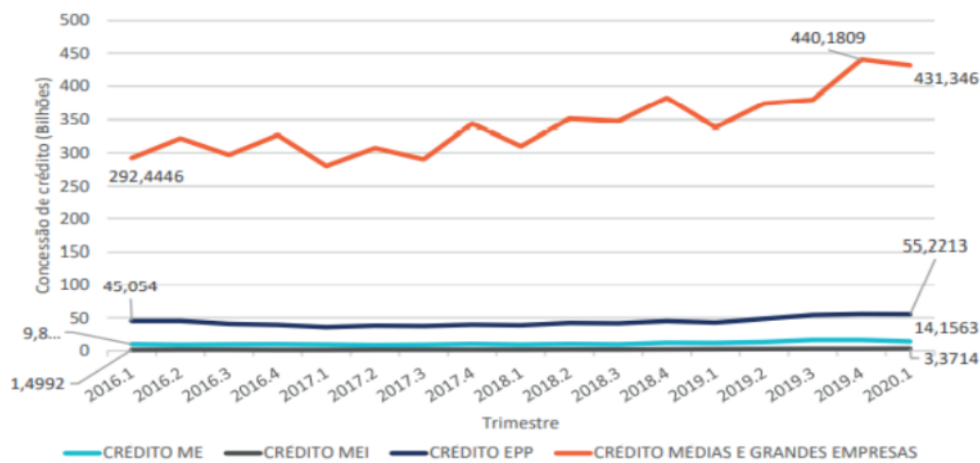
Antes de aprovar um empréstimo, os bancos conduzem uma minuciosa análise das informações financeiras e comerciais do requerente, a fim de avaliar sua capacidade de pagamento e o potencial risco de inadimplência. Frequentemente, exigem garantias, como bens pessoais ou comerciais, para garantir o reembolso do empréstimo em caso de inadimplência. As taxas de juros são definidas com base no nível percebido de risco de crédito do mutuário, de modo que quanto maior o risco, maior será a taxa de juros aplicada. Além disso, os bancos estabelecem prazos de pagamento, considerando tanto a capacidade de pagamento do cliente quanto o tipo de financiamento solicitado.



RELISE

Na figura 3 é possível observar a baixa participação no acesso a crédito do Microempreendedor individual nos últimos anos, mesmo compondo o maior número de empresas brasileiras. Essa discrepância pode ser justificada pela assimetria de informações entre a oferta e a demanda de crédito.

Figura 3 - Concessão de Crédito por Porte de Empresas (R\$ bilhões)



Fonte: FELIZARDO (2021)

Micro e pequenos empreendedores ficam à margem do mercado de crédito nacional. Menos de 10% do crédito bancário liberado entre março e junho, período crítico da pandemia em 2020, foi acessado por esses empreendedores que representam 99% das empresas brasileiras. Isso ocorre pela dificuldade que este grupo tem para identificar quais são suas reais necessidades de crédito, confundindo crédito para capital de giro com crédito para compra de ativos fixos, por exemplo. Além disso, não é possível comparar as diferentes linhas de crédito existentes de maneira simples, o que dificulta ainda mais uma boa tomada de crédito. (ENAP, Os Desafios de Acesso a Crédito, 2021).

Os microempreendedores individuais desconhecem as políticas de crédito das instituições financeiras, bem como os modelos de avaliação utilizados para a análise. Também não há conhecimento detalhado sobre as informações de todas as linhas de crédito disponíveis e qual seria a mais adequada para atender as necessidades do seu negócio. Outro fator é a falta de demonstração de garantias ou capacidade de pagamento de empréstimos. Por outro lado, os bancos possuem critérios de avaliação de crédito complexos e



RELISE

274

burocráticos, sem fornecer qualquer orientação ou clareza, o que dificulta a compreensão sobre quais informações são relevantes para o processo de solicitação de crédito.

Na figura 4 observa-se que as três primeiras razões para a negativa dos bancos são: “Não sabe ou não deu um motivo”, o que comprova a falta de transparência e comunicação dos bancos; “Conta corrente muito nova”, o que justifica a necessidade de um bom relacionamento com os bancos de forma estratégica, o que muitos microempreendedores individuais não estabelecem no início como pessoa jurídica; e “Falta de linhas de crédito”, neste pode-se verificar que há uma discrepância entre o cliente que demanda por crédito e, o banco, que por sua vez não tem como concedê-lo ou até mesmo orientar qual seria a melhor opção. “Santos (2015) reporta a importância de que a necessidade do cliente seja identificada e sua situação financeira e patrimonial, a fim de oferecer uma linha de crédito que melhor atenda a sua solicitação.” (FELIZARDO, 2021).

Figura 4 - Razão dada pelo banco para não conceder empréstimo/financiamento



Fonte: SEBRAE 2023

Na figura 5, Felizardo (2021) discorre que se verificou uma variedade nas respostas. Em que (21%) não entende o porquê de não conseguir o financiamento e/ou empréstimo das instituições financeiras e o mesmo

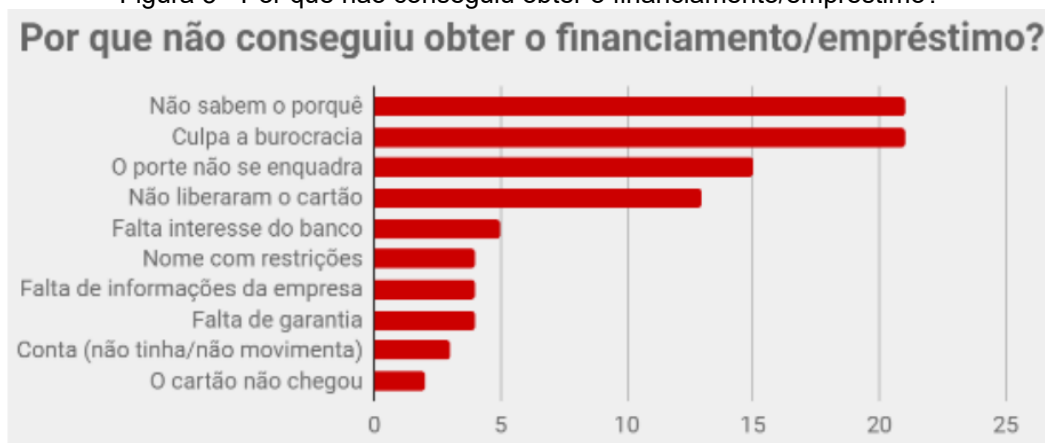


RELISE

275

percentual apresenta a burocracia com um empecilho, a excessiva demanda de documentação contábil-financeira. Com isso, os dois principais motivos confirmam que o principal desafio é a falta de letramento financeiro. “O sistema de crédito tende a colocar maiores restrições na seleção de clientes e a estabelecer exigências de maiores garantias, bem como elevar as taxas de juros” (IPEA, p.1, 2021). Isso pode refletir na grande dificuldade alegada pelos microempreendedores individuais em atender a todos os critérios exigidos. As barreiras impostas pelas instituições financeiras tradicionais, na concessão de empréstimos, fazem com que os MEIS busquem alternativas de recursos no mercado informal de crédito.

Figura 5 - Por que não conseguiu obter o financiamento/empréstimo?



Fonte: FELIZARDO (2021)

Ao receber uma negativa das instituições tradicionais de crédito, em sua maioria, os MEIs não recebem um feedback explicando os motivos pelos quais o crédito não foi concedido, o que impossibilita a oportunidade de melhorar a sua situação perante o sistema e solicitar novamente para obter o êxito.

Na literatura pesquisada ficou evidente os desafios que microempreendedores individuais enfrentam sobre o acesso a crédito, apontando entraves que prejudicam o desenvolvimento das atividades produtivas de seus negócios, desde as condições macroeconômicas



RELISE

provenientes da política monetária vigente que provoca instabilidade no crescimento econômico e impõe restrições ao crédito, como também o sistema de crédito estabelecido pelo Banco Central do Brasil que coloca maiores restrições na seleção de clientes, exigindo garantias e aumentando as taxas de juros, conforme os critérios de risco de crédito do mutuário, ou seja, existem os bancos que utilizam critérios de avaliação de crédito complexos, tornando o entendimento difícil para os MEIs e por outro lado, existem os MEIs que enfrentam diversos obstáculos para obter crédito, incluindo a falta de informação sobre as opções disponíveis, ausência de dados operacionais como custos, estoques e situação financeira, falta de histórico de crédito e garantias. Todos esses fatores dificultam as aprovações de empréstimos, pois impedem a análise adequada do risco e da capacidade de pagamento por parte desses microempreendedores.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa para compreender as dificuldades de acesso ao crédito enfrentadas pelos MEIs no Brasil. Conforme descrito por Minayo e Sanches (1993), o método qualitativo investiga o nível subjetivo e relacional da realidade social, explorando histórias, valores e atitudes dos atores sociais. Para além disso, a pesquisa possui um caráter exploratório descritivo, visando descrever e analisar as características, padrões e tendências relacionadas ao acesso ao crédito para MEIs. Seguindo a abordagem descritiva proposta por Gil (2002), o objetivo foi caracterizar populações específicas ou fenômenos, estabelecendo relações entre variáveis que se manifestam naturalmente. Uma das características distintivas desse método é o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados, incluindo observação sistemática.

Para atender as questões de pesquisa e alcançar os objetivos delineados, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, reunindo informações de



artigos científicos, periódicos e outras publicações relevantes como SEBRAE, IPEA e IBGE. Como técnica de coleta de dados foi empregada a técnica de observação participante que foi realizada durante um evento envolvendo os microempreendedores para coletar informações sobre as experiências e percepções em relação ao acesso a crédito, na qual a equipe observou diretamente o fenômeno em estudo. A observação ocorreu em um seminário no dia 29 de setembro de 2023 na Escola de Administração da UFBA de 14h às 17h, cujo tema foi “Desafios e Oportunidades de acesso a crédito”, no qual teve apresentação do analista da unidade de gestão estratégica do SEBRAE, Anderson Teixeira, que demonstrou dados relevantes da Bahia e do Brasil; o Cofundador da NO FRONT, Rodrigo Dias, uma plataforma digital que promove educação financeira abordando a importância e a necessidade do letramento financeiro para os MEIs; as empreendedoras Cláudia Menezes e Sacramento, administradora de condomínios e Jaqueline Oliveira, consultora de negócios e perita contábil, que apresentaram suas dores e desafios ao solicitarem crédito. A partir disso, os ouvintes, em sua maioria microempreendedores individuais, expressaram suas dúvidas e provocaram os palestrantes e o grupo de pesquisa “Inovar para Pessoas Negras” com questões que nortearam os próximos passos da investigação que foi o mapeamento dos produtos financeiros. “Existem produtos financeiros disponíveis para esse público?”, “Se existe, há facilidade de acesso para encontrar essas informações?”, “Por que essas informações não são compartilhadas?”

Para analisar essas indagações e apresentar os dados das linhas de crédito dos bancos, seguimos uma abordagem que envolveu quatro etapas:

1. Seleção dos Bancos: optou-se por analisar bancos públicos, cooperativas de crédito, bancos comunitários, fintechs e suas soluções de crédito, incluindo opções acessíveis para microempreendedores individuais.



RELISE

2. Coleta de Dados: foram recolhidas informações diretamente dos sites dos bancos, documentos de divulgação, relatórios financeiros e comunicados à imprensa. Para cada banco, foram listadas as principais linhas de crédito disponíveis, seus requisitos e características específicas, como taxas de juros, prazos de pagamento e elegibilidade. Observando a diversidade de opções e as variações nas condições de crédito, como taxas de juros e prazos, oferecidas por cada banco.

3. Apresentação dos Dados: organizaram-se os dados em seções claras e concisas, detalhando cada banco individualmente.

4. Conclusões e Recomendações: avaliação das melhores práticas observadas e sugestões para possíveis melhorias nas ofertas de crédito para MEIs.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Mapeamento das linhas de crédito disponíveis para MEIS

Para os MEIs, é de suma importância encontrar as melhores opções de linhas de crédito para o desenvolvimento de seus negócios. No Brasil, existem diversas instituições financeiras que oferecem linhas de crédito para este público, no intuito de apoiar o desenvolvimento e fortalecimento dos microempreendedores.

As instituições de crédito, sejam bancos públicos ou privados, sejam cooperativas de crédito ou instituições financeiras, obviamente estão de olhos bem abertos para este segmento e têm disponibilizado uma gama imensa de propostas de empréstimos e financiamentos exclusivos para o MEI. O governo federal, os estados e municípios também estão criando benefícios e linhas de crédito subsidiadas por todo o Brasil. (SEBRAE, 2023)

A pesquisa acerca do mapeamento das linhas de crédito foi realizada observando as informações das seguintes instituições: Banco do Brasil, BNDES, Banco do Nordeste, Caixa, Desenhahia, Cooperativas de Crédito (SICREDI,



RELISE

SICOOB e AILOS), Banco Comunitário (Palmas e Mumbuca), *Fintechs* (Inter, Firgun) e Empresas Simples de Crédito (ESC). A proposta aqui foi explorar tais linhas visando compreender as opções existentes no mercado com fins de antecipação de recebíveis, capital de giro, financiamento e investimento fixo e microcrédito.

Os limites de crédito são definidos por parâmetros de sistemas de informação dos agentes financeiros com base em dados contábeis, como faturamento, balanço patrimonial, movimentação bancária, setor de atividade, garantias, saldo médio em conta corrente, atraso no pagamento de obrigações, eventuais inclusões da empresa e/ou sócios nos serviços de proteção ao crédito (SPC/SERASA). Outros fatores podem ser analisados, como: plano de negócios, gestão da empresa e potencial de determinado cliente para uso de outros produtos e serviços do banco.

Foi construída uma planilha comparativa (Quadro 1) contendo as instituições financeiras e suas respectivas linhas de crédito. De acordo com a finalidade do crédito, a antecipação de recebíveis é um recurso que permite ao empreendedor adiantar o recebimento de valores futuros. Já o capital de giro possibilita que o negócio continue funcionando através de recursos necessários para garantir a liquidez da empresa. O investimento fixo é um recurso que visa realizar um projeto econômico da empresa ou mesmo determinada atividade. O empréstimo é uma transação financeira em que um banco empresta uma quantia específica de dinheiro a um mutuário (ou devedor) por um período de tempo determinado. O mutuário deve pagar o valor principal do empréstimo, mais juros, em parcelas regulares ao longo do tempo. O financiamento é semelhante a um empréstimo, mas geralmente está associado à compra de um ativo específico, como um imóvel, um veículo ou equipamentos comerciais. A instituição financeira fornece o montante necessário para adquirir o ativo, e o mútuo paga esse valor em parcelas ao longo do tempo, acrescido de juros. O ativo é



RELISE

frequentemente usado como garantia para o financiamento. Por fim, linhas de Crédito é uma forma de crédito pré-aprovada que uma instituição financeira disponibiliza a um cliente. O cliente pode sacar ou usar parte ou todo o valor da linha de crédito quando necessário, até o limite previsto. Os juros são geralmente cobrados apenas sobre o montante utilizado. As linhas de crédito são flexíveis e podem ser usadas para várias situações específicas, como cobrir despesas imprevistas ou projetos financeiros.

Mapeamento das linhas de crédito dos bancos públicos

O Banco do Brasil, sociedade de economia mista, oferece várias modalidades de crédito para pequenos investimentos para que as empresas possam investir em inovação, renovar estoques e/ou aumentar as vendas com taxas de juros, prazos e limites específicos, conforme características do perfil dos clientes e adesão de uma assessoria financeira. As opções de crédito incluem: Microcrédito Produtivo Orientado (MPO), PRONAMPE, PROGER Urbano, BB Giro Empresa, BB Capital de Giro Digital, Cheque Ouro Empresarial, BB Conta Garantida, além de linhas de antecipação de recebíveis e financiamento. Apesar de todas essas linhas existentes, o site do Banco do Brasil só enfatiza o Microcrédito Produtivo Orientado e o crédito pessoal como opções para o Empreendedor Pessoa Física, sem sequer especificar se as demais linhas, com exceção do microcrédito, é destinada aos MEIs.

O BNDES, empresa pública federal, é o principal instrumento do Governo Federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços para financiamento de longo prazo e investimento nos diversos segmentos da economia brasileira. Atua em todo o país através de operações diretas (valores iguais ou superiores a R\$20 milhões) e indiretas (via outros bancos), atendendo empresas, empresários individuais, microempreendedores, entidades públicas, cooperativas e pessoas físicas com



RELISE

atividades econômicas. As linhas de crédito que aparecem no site estão subdivididas em: Canal MPME - Micro, Pequeno e Médio Empreendedor com as linhas de crédito BNDES Microcrédito, Cartão BNDES, BNDES Automático e; BNDES Crédito para Pequenas Empresas com as linhas de crédito BNDES FINAME, BNDES MPME INOVADORA, BNDES EXIM PRÉ-EMBARQUE. Todas essas linhas existentes do BNDES, somente o BNDES Microcrédito aparece como linha de crédito divulgada no site como sendo acessível a empreendimentos formais e informais geralmente sem acesso ao sistema financeiro tradicional.

O Banco do Nordeste oferece os seguintes programas de microcrédito: Crediamigo, fundamentado nas diretrizes do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), cuja missão é contribuir para o desenvolvimento socioeconômico dos empreendedores e empreendedoras, por meio de produtos e serviços de microfinanças e orientação empresarial, de forma sustentável, oportuna e de fácil acesso; Microcrédito Urbano, com as seguintes linhas de crédito: Crediamigo Comunidade, Crediamigo Delas, Crediamigo Mais, Giro Individual, Giro Solidário, Investimento Fixo; Crédito para Investimento, com Cartão BNB, Financiamento à Importação, FNE Giro, PRONAMPE, FNE Emergencial Enchentes, FNE Inovação, FNE MPE, FNE PNMPO, FNE PROINFA, FNE Saúde Nordeste, FNE SOL, FNE Startup, FNE Verde, FUNGETUR. Com todas essas linhas de crédito mencionadas, o Banco do Nordeste divulga em seus canais as linhas de crédito Financiamento à Importação, FNE Giro, PRONAMPE, FNE Emergencial Enchentes, FNE Inovação, FNE MPE, FNE PNMPO, FNE Saúde Nordeste, FNE SOL, FNE Startup, FNE Verde, como sendo destinadas aos MEIs.

A Caixa Econômica Federal, instituição financeira sob a forma de empresa pública, possui linhas de crédito para fins de antecipação de receitas, capital de giro, comércio exterior, crédito rural, financiamentos, imóveis e



RELISE

microfinanças. O Programa Microfinanças tem como objetivo o atendimento, a capacitação e o desenvolvimento dos empreendedores rurais e urbanos de todo Brasil com foco em orientação educacional e financeira. Destina-se a empreendedores formais e informais e apresenta soluções simples, modernas e digitais para fazer o seu negócio crescer. Para os MEIs, a Caixa específica e divulga em seu site as seguintes linhas de crédito para este público: Crédito Caixa Tem, Microcrédito Produtivo Orientado Caixa, Cartões Caixa, Giro Caixa FAMPE, PRONAMPE Caixa, Giro Caixa Instantâneo Múltiplo, Cheque Empresa.

A Desenbahia oferece diversas linhas de crédito para diferentes necessidades, destacando-se o Credibahia que é um programa de Microcrédito do Estado da Bahia, cujo objetivo é aumentar a oferta de crédito para pequenos negócios, permitindo a manutenção e ampliação das alternativas de trabalho para a população com dificuldades de acesso ao crédito. A agência de fomento também oferece linhas de financiamento para instituições de microcrédito, cujo objetivo é financiar instituições de microcrédito, buscando o fortalecimento e a ampliação de uma rede de agências capaz de propiciar crédito aos microempreendedores do Estado da Bahia. ONG's, OSCIP's, SCM's, Cooperativas de Crédito com Livre Admissão de Associados e Cooperativas de Crédito de Pequenos Empresários apresentarão à Desenbahia seus projetos de financiamentos. As Instituições Repassadoras dos Recursos são: Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (CEAPE - Feira de Santana); ICC Conquista Solidária - Banco do Povo; ICC Itabuna Solidária; Centro Ecumênico de Apoio ao Desenvolvimento (CEADE - Salvador); Cooperativa Central de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária da Bahia (CRESOL ASCOOB).



RELISE

283

Mapeamento das linhas de crédito das Cooperativas

O cooperativismo é um instrumento de organização econômica da sociedade, caracterizado como uma forma de ajuda mútua por meio da cooperação e da parceria. Entre os tipos de associação cooperativa estão as cooperativas de crédito, criadas para oferecer soluções financeiras de acordo com as necessidades dos associados. Elas são um importante instrumento de incentivo para o desenvolvimento econômico e social, pois utilizam seus ativos para financiar os próprios associados, mantendo os recursos nas comunidades onde eles foram gerados. Esse modelo de negócio foi pensado com base em vários diferenciais. Dentre eles taxas baixas, que é o ponto forte da cooperativa de crédito e diferente de bancos e outras instituições tradicionais, essas organizações oferecem condições de pagamento bem diferenciadas. Foram mapeados os produtos de três cooperativas:

SICREDI: PEAC, Crédito Empreendedor, PROCAPSICRED, Construção e Reforma, Crédito Rotativo/Conta Garantida, Capital de Giro, Antecipação, Crédito com Garantia, Carta Fiança, Cheque Empresarial, Financiamento de Veículos, Máquinas e Equipamentos, FNO e FCO Empresarial, e FCO - Capital de Giro.

SICOOB: Microcrédito, Pronampe, Antecipação de Recebíveis, Capital de Giro, PROCAPCRED, Financiamentos BNDES, Portabilidade de Crédito, Renegociação de Dívidas e Financiamento diferenciado (Máquinas e equipamentos, Material de construção, veículos, móveis e eletrônicos.)

AILOS: As linhas de crédito direcionadas para o MEI são linhas de crédito do BNDES para concessão de recursos a empreendedores de todos os portes como: BNDES Automático, BNDES Pequenas Empresas, BNDES Inovadora, Finame, PROCAPCRED e Crédito sustentável.



RELISE

284

Mapeamento das linhas de crédito dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento

Segundo o IPEA (p.7, 2022) “os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) constituem modelos específicos de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos para a disponibilização de serviços financeiros e não financeiros apropriados às realidades locais, sobretudo em bairros e municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)”. Ou seja, além de não possuírem finalidade de lucro, estes têm propósito econômico territorialmente orientado e subordinado à sua utilidade social, o que lhes distingue de outras entidades convencionais de microcrédito (Búrigo, 2006; França Filho, 2008; Rigo, 2014; Santos e Santos, 2021; Silva, 2017; Silva Júnior e Rigo, 2022; Spilleir, 2021).

Tais iniciativas podem assumir distintas modalidades organizativas, com maior ou menor grau de formalização e enraizamento local, e são denominadas por Silva (2017) como empreendimentos de finanças solidárias (EFS), por relacionar a lógica do crédito e da poupança local à perspectiva da economia solidária. Ou seja, além de não possuírem finalidade de lucro, estes têm propósito econômico territorialmente orientado e subordinado à sua utilidade social, o que lhes distingue de outras entidades convencionais de microcrédito (Búrigo, 2006; França Filho, 2008; Rigo, 2014; Santos e Santos, 2021; Silva, 2017; Silva Júnior e Rigo, 2022; Spilleir, 2021). Essa abordagem leva em conta uma série de demandas além do crédito em si, conectando-se com o ambiente de reprodução social de seu público-alvo, em que a fronteira entre consumo e investimento não é de simples definição. É por isso que os EFS buscam não apenas atender a demandas produtivas, mas também a necessidades financeiras cotidianas ou emergenciais das famílias em função da própria instabilidade em seus fluxos de renda, muitas vezes marcados por relações



RELISE

precárias de emprego (Ferreira Junior et al., 2018; Magalhães e Abramovay, 2007; Nesol, 2013; Rigo 2014; Silva, 2017).

Os tipos mais comuns de EFS em atividade são os fundos rotativos, as cooperativas de crédito solidário e os bancos comunitários. Além das moedas sociais, outras inovações podem ser observadas nas práticas das finanças solidárias, de acordo com o contexto territorial em que são desenvolvidas e a natureza organizacional de cada empreendimento. Destaca-se a sistemática de liberação de empréstimos, com a utilização de aval solidário e a participação dos agentes de crédito. O aval solidário consiste em um sistema de garantia e controle das operações do BCD baseado nas relações de proximidade e confiança entre os demandantes de crédito, gerenciando o risco de inadimplência por meio da formação de grupos solidários locais para a concessão de empréstimos. Nesses grupos, os membros são co-responsáveis na devolução do valor concedido – isto é, tornam-se avalistas uns dos outros. Por sua vez, o agente de crédito é escolhido entre os residentes da comunidade, com vínculos reais com o conjunto de tomadores, o que facilita o acompanhamento das transações.

Um dos mecanismos de intervenção e circulação da moeda social é o programa de Crédito Popular Solidário, operado diretamente pelo Banco Mumbuca. Seu objetivo é reverter a exclusão de parcela da população no mercado de crédito local, disponibilizando inicialmente duas linhas de financiamento, ambas a juro zero: para produção (Mumbucred), que pretende apoiar empreendimentos de qualquer porte (micro e pequenas empresas, cooperativas ou associações de trabalho); e para pequenas reformas de moradia (Casa Melhor). A atividade de microcrédito também potencializa a moeda social digital no município, ao formar um círculo virtuoso que gera retorno ao próprio banco, além de favorecer sua legitimidade perante o público usuário (Coutinho, 2020).



RELISE

Linhas de crédito do Banco Palmas: Linhas de Crédito Produtivo e Linha de Crédito para reformas.

Mapeamento das linhas de crédito das Fintechs

As *Fintechs* são empresas de tecnologia financeira que oferecem serviços bancários de forma digital, com soluções de crédito mais acessíveis e flexíveis para MEIs. Em nossa pesquisa, analisamos as seguintes *fintechs* INTER e FIRGUN.

INTER: O Inter oferece contas MEI e digitais PJ. A conta MEI utiliza o mesmo Super App de pessoa física, com linhas de crédito referentes ao Crédito Pessoal Pessoa Física: empréstimo com garantia de imóvel, consignado público, portabilidade de financiamento, financiamento imobiliário, financiamento para construção e antecipação do FGTS. A conta digital PJ é específica para S/A de capital aberto ou fechado, EIRELLI, EPP, ME, LTDA, condomínios, cooperações e associações lucrativas. As linhas de crédito incluem Capital de Giro, *Home Equity*, *Supply Chain Finance* e Consignado Empresa Privada Parceira. Não há linha de crédito específica para MEIs. Percebe-se através dessas informações que a *fintech* não possui uma linha de crédito específica para o MEI.

FIRGUN: Criada em 2016, a Firgun é uma *fintech* de *peer-to-peer lending*, conectando investidores a empreendedores de baixa renda com pouco ou nenhum histórico de crédito. Utiliza uma metodologia de *score* de crédito psicométrico para analisar o comportamento financeiro dos empreendedores. Inicialmente, os empréstimos tinham um valor médio de R\$ 2.000 (Dois Mil Reais). O modelo *peer-to-peer* apresentava desafios, como a necessidade de muitos apoiadores para financiar um crédito significativo, o que poderia levar de 30 a 40 dias para disponibilizar o dinheiro ao empreendedor. Em 2020, a Firgun lançou o Fundo Periferia Empreendedora, arrecadando mais de R\$ 500 mil com apoio de grandes empresas e organizações. Este fundo oferece microcrédito de



RELISE

287

até R\$ 3.000 (Três Mil Reais), com 120 dias de carência, parcelado em até 20 vezes, sem juros ou correção monetária, desde que as prestações estejam em dia. O dinheiro retorna ao fundo após cada parcela paga, beneficiando outros microempreendedores selecionados, formando assim uma "doação infinita".

ESC - Empresas Simples de Crédito

Criada pela Lei Complementar n. 167 de 24 de abril de 2019, as Empresas Simples de Crédito (ESC) são um tipo de negócio que realiza operações de empréstimos e financiamentos exclusivamente para Microempreendedores Individuais (MEIs), microempresas e empresas de pequeno porte, utilizando-se exclusivamente de capital próprio (Sebrae, 2021). Segundo Vasconcelos e Chimuris no livro Direito e Economia, podem atuar como ESC, “o empresário individual ou a pessoa jurídica de direito privado que seja Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI), ou ainda, a Sociedade Empresária confirmada como Sociedade Limitada (LTDA), sendo vedado que participem em mais de uma Empresa Simples de Crédito.” Os proprietários de ESCs têm uma receita máxima anual e ficam impedidos de se alavancar (ou seja, tomar empréstimos para emprestar a terceiros), isso com o controle da Receita Federal.

As ESC oferecem três tipos de serviços aos MEIS: empréstimo, financiamento e desconto de títulos de crédito.



QUADRO 1 - QUADRO DE COMPARAÇÃO

Linha de Crédito	Microcrédito	Antecipação de Recebíveis	Linhas de Capital de Giro	Financiamento de equipamentos, veículos	Financiamento construção/reforma	PRONAMPE
BB	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
BNB	Sim					Sim
BNDES	Sim		Sim			
CAIXA	Sim		Sim			Sim
DESENBAHIA	Sim	Não	Não	Sim	Não	
AILOS			Sim			
SICOOB	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
SICRED	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
MUMBUCA						
PALMAS	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não
INTER						
FIRGUN	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
ESC		Sim		Sim		

Fonte: elaborado pelos autores (2024)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentou a importância dos Microempreendedores Individuais para a economia brasileira e o seu expansivo crescimento nos últimos anos, e o quanto o acesso a crédito é primordial para o desenvolvimento desses negócios. Neste contexto, foi possível perceber a importância e influência das políticas públicas de apoio ao empreendedorismo. Vale destacar a implementação da Medida Provisória (1.187/2023) que criou o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. A pasta é responsável por fomentar políticas públicas que beneficiem os Microempreendedores Individuais (MEIs), além das micro e pequenas empresas do país, cujo objetivo é o de promover ações que estimulem a formalização e abertura de novos empreendimentos, o crescimento e a geração de emprego e renda.

Além disso, se faz necessário pensar em soluções práticas e de fácil entendimento para esse público. Os resultados dessa pesquisa mostram que: 1)



RELISE

embora haja uma variedade de linhas de crédito disponíveis para o público Pessoa Jurídica, é importante notar que as opções direcionadas para os MEIs são limitadas; 2) muitas das linhas de crédito oferecidas pelos bancos poderiam ser adaptadas para atender às necessidades e realidade desse público-alvo; e 3) Existe uma assimetria de informação entre instituições bancárias e MEIs, pois apesar das opções de crédito disponíveis, os empreendedores observados desconhecem a existência dos mesmos e necessitam de orientação, ou seja, um letramento financeiro para identificar as melhores linhas de crédito para as necessidades dos seus negócios.

Segundo uma pesquisa recente do SEBRAE que relata os principais desafios dos pequenos negócios, a maioria dos MEIs confessam que sequer tentaram conseguir algum financiamento para abrir seu negócio e desconhecem linhas de crédito de bancos ou governo. (DATA SEBRAE, 2023).

Por fim, conclui-se que a partir do mapeamento acerca das linhas de crédito disponíveis no mercado, existe a necessidade de compartilhar essas informações encontradas em uma linguagem acessível para os microempreendedores individuais, que por vezes possuem pouco ou até mesmo nenhum letramento financeiro. As ações precisam ser mais práticas e efetivas no intuito de conhecer o perfil do MEI e apresentar possíveis soluções para suas necessidades, como por exemplo, soluções que utilizem tecnologias digitais como aplicativos e cursos online, cartilhas informativas, *e-book* e etc. A proposta é encontrar meios simples e viáveis para conectar esses empreendedores às instituições financeiras e a seus melhores produtos.

Durante a pesquisa observou-se a necessidade de analisar além da percepção dos Microempreendedores Individuais, analisar e comparar com a percepção dos agentes de crédito em relação ao sistema de crédito brasileiro, incluindo suas opiniões sobre critérios de concessão, regulamentações e práticas de avaliação de risco em cada instituição mapeada. Surge também a



RELISE

necessidade de avaliar o comportamento do Estado e das políticas públicas com o surgimento do novo Ministério do Empreendedorismo e da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Fica então a sugestões para trabalhos futuros: 1) avaliar como as percepções dos agentes de crédito podem influenciar o comportamento e as decisões em relação ao acesso ao crédito para MEIs; e 2) analisar o funcionamento e o impacto das ações do novo Ministério do Empreendedorismo e da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, assim como o surgimento e/ou aperfeiçoamento de novos programas como o PRONAMPE e o Projeto Acredita.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38044-em-2021-brasil-tinha-13-2-milhoes-de-microempreendedores-individuais-meis>. Acesso em: 20 abr. 2024.

ALICE, L.; RUPPENTHAL, J. E. Microcrédito como fomento ao empreendedorismo na base da pirâmide social. *Revista Gestão da Produção Operações e Sistemas*, [S. l.], n. 1, p. 23, 2014. DOI: 10.15675/gepros.v0i1.439. Disponível em: <https://revista.feb.unesp.br/gepros/article/view/439>. Acesso em: 20 abr. 2024.

ARAÚJO, E. A.; CARMONA, C. U. D. M. Desenvolvimento de Modelos Credit Scoring com Abordagem de Regressão de Logística para a Gestão da Inadimplência de uma Instituição de Microcrédito. *Contabilidade Vista & Revista*, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 107–131, 2009. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/335>. Acesso em: 14 abr. 2024.

ASSAF NETO, Alexandre. (2015). *Mercado financeiro* (13. ed.). São Paulo: Atlas.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 5.037 de 29 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CMN&numero=5037>. Acesso em: 19 ago. 2023.



RELISE

BRASIL. Fórum permanente: governo prepara medidas para MEIs e microempresas. Disponível em: <https://www.gov.br/memp/pt-br/assuntos/noticias/forum-permanente-governo-prepara-medidas-para-meis-e-microempresas>. Acesso em: 20 abr. 2024.

DO NASCIMENTO FELIZARDO, Ana Carolina; PINHEIRO CASANOVA VARGAS, Kelvin; DA SILVA BORTOLI, Lorrainy Kelly; VIEIRA, Eloir Trindade Vasques; BENNETT, Fortunato. As Empresas Simples de Crédito como alternativa na concessão de Crédito às Micro e Pequenas Empresas - MPE. REMIPE - Revista de Micro e Pequenas Empresas e Empreendedorismo da Fatec Osasco, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 304–322, 2021. DOI: 10.21574/remipe.v7i2.308. Disponível em: <https://remipe.fatecosasco.edu.br/index.php/remipe/article/view/308>. Acesso em: 14 ago. 2024.

ENAP. Desafios. Disponível em: <https://desafios.enap.gov.br/pt/desafios/acesso-ao-credito>. Acesso em: 04 jul. 2024.

GOVERNO FEDERAL DO BRASIL. Mapa de Empresas: Boletim 3º quadrimestre 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/boletins/mapa-de-empresas-boletim-3o-quadrimestre-2023.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2023.

GOVERNO FEDERAL DO BRASIL. Lula anuncia redução de taxas e expansão dos programas de microcrédito do Banco do Nordeste. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/09/lula-anuncia-reducao-de-taxas-e-expansao-dos-programas-de-microcredito-do-banco-do-nordeste-1>. Acesso em: 19 ago. 2023.

LIVOVSKI, F. A. Empresa simples de crédito como uma das alternativas na obtenção de crédito para ME (microempresas). que pela falta de dados contábeis, e barreiras no acesso ao SFN, não conseguem obter crédito. 2022. Monografia (Bacharel em Contabilidade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022. p. 49.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. O método qualitativo na pesquisa social. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.22042019>.

PAULA, L. F. R. Sistema financeiro e o financiamento da inovação: Uma



RELISE

292

abordagem keynesiana-schumpeteriana. In: 39º Encontro Nacional de Economia ANPEC, 2011, Foz do Iguaçu. Anais do 39º Encontro Nacional de Economia ANPEC. Niterói: ANPEC, 2011. p. 1-16. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/141598481827>.

SEBRAE. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/biblioteca-digital-sebrae-ba/?aba=2#tab-estudos-e-pesquisas>. Acesso em: 04 mar. 2024.

SEBRAE. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/mei/>. Acesso em: 04 mar. 2024.

SEBRAE. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2017/04/Inadimpl%C3%Aancia-dos-micro-empresendedores-individuais.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2024.

SEBRAE. Disponível em: https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2023/08/Relatorio-final_Financiamento-dos-Pequenos-Negocios_SEBRAE_2023_COMPLETA_2-FINAL.pdf. Acesso em: 04 mar. 2024.

SEBRAE. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/financiamento-dos-pequenos-negocios/#relatorio>. Acesso em: 04 mar. 2024.